

CORREIO POLÍTICO

Joédson Alves/Agência Brasil



Sombra do caso Master/BRB marcará eleição no DF

Dona Corrupção convida para o debate político no DF

A equipe do candidato do PT, Leandro Grass, teve acesso a uma pesquisa qualitativa que mostra o impacto que terá nas eleições do Distrito Federal o debate sobre corrupção. É bastante possível que esse tema esteja muito presente na discussão eleitoral nacional a partir do agravamento da crise do banco Master. Mas a questão se agudizará no DF. Afinal, foi o Banco de Brasília (BRB) que tentou comprar o Master. Que chegou a comprar uma carteira de crédito podre, inflada com consignados fajutos como os dos professores da Bahia, conforme revelou o Correio da Manhã. É o Banco de Brasília que tem um rombo de R\$ 12 bilhões para cobrir. E que tem agora seu ex-presidente Paulo Henrique Costa preso.

Pega Ibaneis e atinge Celina e Arruda

Segundo informações, a pesquisa mostraria que a questão da corrupção atingiria em cheio o ex-governador Ibaneis Rocha. Pega a governadora Celina Leão (PP) e chega a José Roberto Arruda (PSD). Ibaneis porque está diretamente ligado à questão do Master. Celina tenta se descolar, mas isso talvez não comova tanto o eleitor. E Arruda não diretamente por conta do caso Master, com o qual não tem qualquer envolvimento.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Situação atinge Ibaneis em cheio

Brincadeira de Banco Imobiliário

No caso de Arruda, por ter sido condenado e ter ficado inelegível por conta de um caso de corrupção (sua elegibilidade no momento ainda está sub júdice). Arruda disse ao Correio Político que está pronto para esse debate. Mas isso é o que veremos de fato ao longo da campanha. Há uma sensação de que, para além das irregularidades mesmo, o GDF usou o BRB como se brincasse de Banco Imobiliário. Pela sigla, BRB significava Banco Regional de Brasília. Tirou-se o “Regional” do nome com a ideia de transformá-lo em um grande banco nacional.

Jogo de empurra

O banco patrocinou o time de coração do governador, criou cartão de crédito para os torcedores, patrocinou equipe de Fórmula Um (a Alpine), abriu agência em Dubai. Mas muito pouco passou de fato do Quadrado do DF. O que fica de tudo é a sensação de uma gestão irresponsável. Ibaneis a joga para Paulo Henrique Costa. Resta saber se Costa, agora preso, não irá devolvê-la.

POR
RUDOLFO LAGO

Chapa

É no meio desse cenário totalmente confuso que a chapa de Grass lançará suas candidatas ao Senado: a deputada federal Erika Kokay (PT) e a senadora Leila Barros (PDT). Em outubro do ano passado, Paraná Pesquisas mostrava Grass em terceiro, atrás de Celina, que liderava, de Arruda.

Otimismo

Há, porém, na equipe de Grass no momento certo otimismo contido, com o grau de confusão que a crise do Master gerou. Antes dela, a eleição no DF parecia caminhar para um passeio, com Ibaneis elegendo com tranquilidade Celina como sua sucessora e se elegendo para o Senado.

Capelli

Esse mesmo otimismo anima, porém, o candidato do PSB, Ricardo Capelli. E é aí que pode, porém, residir o problema da esquerda. Candidatos no mesmo campo, Grass e Capelli dividirão os votos fora do campo conservador. Muitos consideram que seria mais prudente que se unissem numa única chapa.

Fora

Se Arruda mantiver sua elegibilidade – e ele acredita que essa será a decisão final da Justiça Eleitoral –, o cenário que hoje se apresenta seria de um segundo turno entre ele e Celina. Ou seja, um segundo turno dentro do campo conservador. Adversários um do outro, Capelli e Grass poderiam um tirar o outro do segundo turno.

Exemplos do Sul

Em alguns lugares, essa união se deu. Os exemplos mais notórios vêm do Sul do país. No Rio Grande do Sul, Edgar Pretto (PT) abriu mão da sua candidatura para apoiar Juliana Brizola (PDT) e unir as esquerdas em uma só chapa. Em Santa Catarina, se uniram PT, PDT e PSB para apoiar Gelson Merísio (PSB).

Frente ampla

Em março, Capelli disse ao Correio Político: “Eu vou montar uma frente ampla, com ou sem PT. E vou ganhar essa eleição”. Sobre quem participaria dela, Capelli fez mistério. Hoje, as duas candidaturas, de Capelli e Grass, estão postas. O tempo dirá se ambos irão até o final. As convenções serão só no meio do ano.



Guimarães: “Vamos sentar com Motta para resolver”

Hugo Motta discute com Guimarães escala 6x1

Ministro rejeita desoneração como compensação

Da Redação

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), fará uma reunião na manhã desta sexta-feira (17) com o novo ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, para discutir o fim da escala 6x1, o regime de trabalho no qual o trabalhador trabalha por seis dias e descansa um. O encontro ocorrerá na residência oficial da presidência da Câmara, em Brasília.

O tema está em discussão na Câmara. Na quarta-feira (15), foi apresentado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o relatório do deputado Paulo Azi (União Brasil-BA) favorável ao fim da escala. Mas, logo em seguida, houve um pedido de vista coletivo da oposição encabeçado pelos deputados Lucas Hedecker (PSD-RS) e Bia Kicis (PL-DF). Há resistências nos meios empresariais ao fim da escala. É nesse sentido que haverá a conversa.

Hugo Motta é favorável à mudança no regime de trabalho. Como informou Tales Faria no Correio da Manhã, esse apoio fez parte dos acordos que Motta estabeleceu para obter apoio do governo à sua eleição como presidente da Câmara.

Recém-empossado no cargo de ministro das Relações Institucionais, José Guimarães disse que não vê com bons olhos a possibilidade de o governo implementar

políticas de desoneração como forma de compensar setores que, eventualmente, possam ser prejudicados pela redução da atual jornada de seis dias de trabalho semanal.

“Sempre se tenta empurrar mais políticas de desoneração no Congresso Nacional. Isso não deu certo em outras situações, como vimos no governo da Dilma. O Brasil não pode seguir esse caminho”, disse nesta quinta-feira (16) o ministro, durante café da manhã com jornalistas.

Para Guimarães, o comprometimento de receitas visando à desoneração de setores pode colocar em risco o equilíbrio federativo.

Ele, no entanto, garantiu que o governo estará sempre disposto a sentar à mesa para negociar, inclusive sobre a possibilidade de haver algum período de transição, desde que seja curto, para a implementação da nova regra.

José Guimarães disse que percebe, de forma quase consensual no Congresso, “uma visão de que essa jornada desumana tem de acabar”, possibilitando, ao trabalhador, pelo menos dois dias de descanso semanal.

Segundo ele, o governo pretende aproveitar que maio é o mês do trabalhador para dar ainda mais força ao debate, inclusive para definir se a matéria avançará por meio de PEC ou PL.

Com informações da
Agência Brasil